

**ADENORMA - ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO
COSTA NORTE**
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2017	31 Dezembro 2016
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	337 335,22	326 480,37
Ativos intangíveis	6	3 854,71	3 854,71
Investimentos financeiros	9	58 376,37	58 540,98
Total do activo não corrente		<u>399.566,30</u>	<u>388.876,06</u>
ATIVO CORRENTE:			
Créditos a receber	9	19.359,30	16 234,45
Estado e outros entes públicos	9	86,85	108,56
Diferimentos	9	622,47	954,64
Outros ativos correntes	9	4 054,65	35 071,13
Caixa e depósitos bancários	9	116 738,95	75.103,30
Total do activo corrente		<u>140.862,22</u>	<u>127 472,08</u>
Total do activo		<u><u>540.428,52</u></u>	<u><u>516.348,14</u></u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados	12.2	215 641,42	241 859,71
Ajustamento/ outras variações nos fundos patrimoniais	12.2	107.442,39	118.228,31
		<u>323 083,81</u>	<u>358 088,02</u>
Resultado líquido do período	12.2	<u>18.402,87</u>	<u>-25.218,29</u>
Total do fundo de capital		<u>341 486,48</u>	<u>331 869,73</u>
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Estado e outros entes públicos	9	5 298,65	4 074,41
Diferimentos	9	140.384,40	123 194,62
Outros passivos correntes	9	53 258,99	57.209,38
Total do passivo corrente		<u>198.942,04</u>	<u>184 478,41</u>
Total do passivo		<u>198.942,04</u>	<u>184 478,41</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u><u>540 428,52</u></u>	<u><u>516.348,14</u></u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2017.

Direcção

Jose Luis Melheiros Gaspar

O Contabilista Certificado

Ana Isabel Rego de Gouveia

Ana Isabel Rego de Gouveia

Roberto Castro

**ADENORMA - ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO
DA COSTA NORTE**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	7	33 555,93	29 527,23
Subsídios, doações e legados à exploração	8	178 214,80	159 937,76
Fornecimentos e serviços externos	7	-57 234,05	-61 867,01
Gastos com o pessoal	10	-131 831,66	-147 049,94
Outros rendimentos	7	17 684,07	9 259,47
Outros gastos	7	-755,27	-2 309,42
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		39 633,82	-12 501,91
Gastos / reversões de depreciação e de amortizaçã	12.1	-21 231,15	-13 716,38
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		18 402,67	-26 218,29
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		18 402,67	-26 218,29
Imposto sobre o rendimento do período	9	-	-
Resultado líquido do período		18 402,67	-26 218,29

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

A Direcção

José Luis Medeiros Gaspar
José Luis Medeiros Gaspar

O Contabilista Certificado

Ana Isabel Rego de Gouveia

Ana Isabel Rego de Gouveia

ADENORMA - ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO DA COSTA NORTE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes e utentes	36 246,61	34 560,46
Pagamentos de subsídios	220 040,36	148 343,16
Pagamentos de apoios	6 891,51	4 196,00
Pagamentos de bolsas		
Pagamentos a fornecedores		
Pagamentos ao pessoal	-93 019,65	-96 251,00
Caixa gerada pelas operações	170 158,83	90 848,62
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	21,71	-108,56
Outros recebimentos / pagamentos	-102 371,29	-116 808,44
Fluxos das actividades operacionais [1]	67 809,25	-26 068,38
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-32 086,00	0,00
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	0,00	-57 900,00
Outros activos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	347,40	434,25
Dividendos		
Fluxos das actividades de investimento [2]	-31 738,60	-57 465,75
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações	5 565,00	4 345,00
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos		
Redução de fundos		
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos das actividades de financiamento [3]	5 565,00	4 345,00
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	41.635,65	-79.189,13
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	75 103,30	154 292,43
Caixa e seus equivalentes no fim do período	116 738,95	75 103,30

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Direcção

 José Luís Medeiros Gaspar

O Contabilista Certificado

 Ana Isabel Rego de Gouveia

4

**ADENORMA – ASSOCIAÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO DA COSTA NORTE**

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de Dezembro de 2017

(Montantes expressos em euros)

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Adenorma - Associação de Desenvolvimento Costa Norte, cujo número de identificação de pessoa coletiva é o 511 067 453, é uma associação de solidariedade social sem fins lucrativos, foi constituída em 01 de Julho de 1994 e tem a sua sede social em vila de S. Vicente, Portugal. A Associação tem como objecto principal prossecução de fins de natureza humanitária, cultural, educativa e científica, com vista à contribuição para a valorização do ser humano e ao combate à exclusão social, bem como a valorização e a conservação do património e da base do potencial endógeno da zona Norte da Região Autónoma da Madeira, com vista a contribuir para a melhoria do nível económico e sócio – cultural das populações da respectiva área de atuação, praticando todas as acções que se mostrem necessárias à realização do seu objecto.

A Direcção entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, alterando o DL n.º 158/2009, de 13 de Julho, no sentido de passar a incorporar as disposições relativas às Entidades do Sector Não Lucrativo, até então constantes no DL n.º 36-A/2011, de 9 de Março;
 - Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho (Republicação do código de contas);
- 5

- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho (Alteração dos modelos de Demonstrações Financeiras).
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de Julho (Homologação de uma nova estrutura conceptual);
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho (Homologação de uma nova norma contabilística de relato financeiro);

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades Sector não Lucrativo.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida e, deduzido de depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis correspondentes a Edifícios e outras construções, Equipamento básico, Equipamento de transporte, Equipamento Administrativo e Outros Activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bem	Anos
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	10 e 4
Equipamento de transporte	10 e 4
Equipamento administrativo	8 e 3
Outros activos tangíveis	8 e 4

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Associação com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do activo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.4 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Associação se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de depósitos bancários a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os activos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais activos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respectivo justo valor registadas em resultados nas rubricas "Perdas por reduções de justo valor" e "Ganhos por aumentos de justo valor".

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

(iii) Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iv) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Associação desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Associação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.5 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

3.6 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.7 Imposto sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Como Instituição de Utilidade Pública, a Associação beneficia da Isenção de Imposto de rendimento de pessoas coletivas (IRC).

3.8 Especialização dos exercícios

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos e passivos.

3.9 Subsídios a Exploração

Os Subsídios a exploração são reconhecidos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.10 Subsídios ao investimento

O reconhecimento em rendimento da atribuição de subsídios ao investimento é efectuado na proporção da depreciação, dos bens subsidiados.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large 'A' and some illegible scribbles.

3.11 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 POLITICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Os valores estimados referentes aos ativos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objeto da divulgação adequada à sua materialidade. Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, dever-se-á proceder à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras do exercício em que são identificados.

Handwritten mark or signature in the bottom right corner.

126-
A
5

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

		2017						
		Terenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso
		Total						
Ativos								
	Saldo inicial	-	202 236,34	132 046,81	68 037,11	27 541,48	4 179,72	128 889,47
	Aquisições	-	-	-	32 086,00	-	-	-
	Outras variações	-	-	-	(17 480,45)	-	-	-
	Saldo final	-	202 236,34	132 046,81	82 642,66	27 541,48	4 179,72	128 889,47
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
	Saldo inicial	-	30 942,31	106 724,25	68 037,11	26 640,66	4 106,23	-
	Depreciações do exercício	-	4 144,06	8 266,28	8 021,50	725,82	73,49	-
	Outras variações	-	-	-	(17 480,45)	-	-	-
	Saldo final	-	35 086,37	114 990,53	58 578,16	27 366,48	4 179,72	-
Ativos líquidos		-	167 149,97	17 056,28	24 064,50	175,00	-	128 889,47

		2016						
		Terenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso
		Total						
Ativos								
	Saldo inicial	-	202 236,34	132 046,81	68 037,11	27 541,48	4 179,72	128 889,47
	Saldo final	-	202 236,34	132 046,81	68 037,11	27 541,48	4 179,72	128 889,47
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
	Saldo inicial	-	26 798,25	98 179,36	68 037,11	25 686,75	4 032,71	-
	Depreciações do exercício	-	4 144,06	8 544,89	-	953,91	73,52	-
	Saldo final	-	30 942,31	106 724,25	68 037,11	26 640,66	4 106,23	-
Ativos líquidos		-	171 294,03	25 322,56	-	900,82	73,49	128 889,47

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com método da linha reta, durante as vidas úteis estimadas:

As depreciações do exercício, no montante de 21.231,15€ em 2017 (13.716,38€ em 2016), foram registadas nas seguintes rubricas:

- Gastos de depreciação e amortização – 21.231,15€ (13.716,38€ em 2016) (Nota 12.1)

A rubrica de ativos fixos em curso refere-se ao prédio "Solar da Silveira", na sua totalidade.

Em 2017, através do apoio concedido pela Secretária Regional da Inclusão e Assuntos Sociais da Madeira, a associação adquiriu uma viatura pelo valor de 32.086,00€ e doou a viatura 81-87-QZ, à Associação Cultural e Desportiva de São Vicente.

6 ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos intangíveis, foi o seguinte:

2017		
	Outros ativos intangíveis	Total
Ativos		
Saldo inicial	3.854,71	3.854,71
Outras variações		
Saldo final	3.854,71	3.854,71
Depericiações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	-	-
Saldo final	-	-
Ativos líquidos	3.854,71	3.854,71

2015		
	Outros ativos intangíveis	Total
Ativos		
Saldo inicial	3.854,71	3.854,71
Outras variações		
Saldo final	3.854,71	3.854,71
Depericiações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	-	-
Saldo final	-	-
Ativos líquidos	3.854,71	3.854,71

A rubrica outros ativos intangíveis diz respeito ao Prédio denominado "Solar da Silveira".

7 RENDIMENTOS E GASTOS

7.1 – Rendimentos:

Rédito

O rédito reconhecido pela Associação em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 é detalhado conforme se segue:

	2017	2016
Prestação de serviços	33.555,93	29.527,23
	<u>33.555,93</u>	<u>29.527,23</u>

O rédito reconhecido no exercício compreende as prestações de serviços relativas:

- Serviços da rádio – 26.775,31€
- Serviços do projeto Rosário – 3.379,62€
- Serviços do projeto Lombada – 3401,00€

Outros rendimentos

A decomposição da rubrica de "outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 é conforme se segue:

	2017	2016
Outros Rendimentos		
Rendimentos suplementares	-	-
Outros		
Correções relativas a anos anteriores	2.120,75	1.473,77
Imputação Subsídios	15.215,92	7.317,33
Restituições de Imposto	-	27,04
Outros não especificados	-	7,08
Juros obtidos de depósitos	347,40	434,25
	<u>17.684,07</u>	<u>9.259,47</u>

7.2 – Gastos:

Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Trabalhos especializados	9.154,08	9.681,55
Publicidade e propaganda	524,60	14,64
Vigilância e Segurança	65,51	19,76
Honorários	19.687,20	18.065,40
Conservação e reparação	2.038,32	3.821,59
Serviços bancários	90,94	233,73
Ferramentas e Utensílios	254,37	701,53
Livro Técnico	-	43,92
Material de escritório	443,69	350,09
Electricidade	1.981,82	2.833,42
Combustíveis	2.279,28	2.742,50
Outros energia e fluidos	-	2,80
Deslocações e estadas	285,82	318,27
Renda	3.600,00	3.600,00
Comunicação	5.297,43	6.059,07
Seguros	1.228,88	1.454,72
Contencioso e notariado	25,00	-
Limpeza higiene e conforto	285,05	98,26
Outros fornecimentos e serviços	9.992,06	11.825,76
	<u>57.234,05</u>	<u>61.867,01</u>

Na rubrica "outros fornecimentos e serviços externos" encontram-se registadas as despesas pagas no âmbito do Programa de Emergência Alimentar na RAM (PEA ram) o montante de 5.260,00€, as despesas pagas no âmbito do Projeto Semear Saúde e Colher Sorrisos no montante de 769,44€ e as despesas pagas no âmbito do Projeto "Sénior SPA" no montante de 121,40€.

Outros gastos

A decomposição da rubrica de "outros gastos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 é conforme se segue:

	2017	2016
Impostos	204,64	594,43
Outros		
Correcções relativas anos anteriores	548,45	1.617,27
Donativos	-	40,00
Outros não especificados	2,18	57,72
	<u>755,27</u>	<u>2.309,42</u>

8 SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 a Associação beneficiou dos seguintes subsídios da Administração Regional e Local:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período
Subsídios à exploração:				
Camara Municipal S. Vicente	94.800,00	94.800,00	-	94.800,00
Centro Seg. social da Madeira	77.691,58	77.691,58	-	77.080,36
Donativos	6.334,44	6.334,44	-	6.334,44
	<u>178.826,02</u>	<u>178.826,02</u>	<u>-</u>	<u>178.214,80</u>

	2017
Estado e outros entes públicos	
Camara Municipal de São Vicente	94.800,00
Centro Seg. Social da Madeira	
Apoio atípico projeto Rosário	43.854,48
Apoio atípico projeto Lombada	27.965,88
Acordo de cooperação Plano ajuda alimentar	5.260,00
Outras entidades	
Projeto Semear Saúde	769,44
Adenorma	5.525,00
Projeto Rosário	20,00
Projeto Lombada	20,00
	<u>178.214,80</u>



9 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Categorias de Investimentos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, o movimento ocorrido na rubrica "investimentos financeiros", foi o seguinte:

2017		
	Custo	Total
Investimento Financeiro		
Outros Investimentos financeiros		
Depósito Bancário	57.900,00	57.900,00
Fundos	476,37	476,37
Ativos Líquidos	58.376,37	58.376,37
2016		
	Custo	Total
Investimento Financeiro		
Outros Investimentos financeiros		
Depósito Bancário	57.900,00	57.900,00
Fundos	640,98	640,98
Ativos Líquidos	58.540,98	58.540,98

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 são detalhadas conforme se segue:

ATIVOS FINANCEIROS	2017			2016		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
		acumuladas	líquida		acumuladas	líquida
Disponibilidades:						
Caixa	136,07	-	136,07	166,41	-	166,41
Depósitos bancários	116.602,88	-	116.602,88	74.936,89	-	74.936,89
	<u>116.738,95</u>	-	<u>116.738,95</u>	<u>75.103,30</u>	-	<u>75.103,30</u>

Créditos a receber e outros ativos correntes

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 as contas a receber da Associação apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Créditos a receber :		
Cientes :		
Secretaria Regional do Plano e Finanças	4.166,16	4.166,16
Outros clientes	15.193,14	12.068,29
	<u>19.359,30</u>	<u>16.234,45</u>
Outros ativos correntes:		
Outros patrocinadores	-	120,00
Segurança Social	-	33.106,29
Outros	4.054,65	1.844,84
	<u>4.054,65</u>	<u>35.071,13</u>



Diferimentos ativos

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros Lombada	91,40	118,58
Seguros Rosário	414,61	812,70
Seguros Inovação Social	116,46	-
Seguros Rádio	-	23,36
	<u>622,47</u>	<u>954,64</u>

Categorias de passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 as rubricas de "Outros passivos correntes" apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Outros passivos correntes		
Outras contas a pagar	53.258,99	57.209,38
	<u>53.258,99</u>	<u>57.209,38</u>

	2017	2016
Outras contas a pagar		
Fornecedores Investimento:		
Ernesto Romão de Freitas	34.915,85	34.915,85
	<u>34.915,85</u>	<u>34.915,85</u>
Acrescimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	13.403,66	12.951,16
Electricidade	153,08	212,96
Comunicação	126,61	366,58
Outros acrescimos	<u>2.540,44</u>	<u>2.716,73</u>
	<u>16.223,79</u>	<u>16.247,43</u>
Outros:		
Audiram	618,54	209,84
Pessoal	-	3.473,95
Outros Credores		
Adenorma:		
Traficogo - Sistemas Segurança	0,13	-
Nuno Paulo Ferreira	-	240,00
Maria Lucilia dos Passos de França	-	80,00
Projeto Lombada		
Caldeira Domingos Unipessoal, Lda.	-	84,00
Rádio		
Portugal Telecom	173,86	178,52
Tristão Henrique	442,00	221,00
EEM	185,67	178,68
Projeto Rosário		
Portugal Telecom	47,58	61,48
Acin Academia Inf., Lda.	30,50	30,50
Alfa Centauro	138,90	-
Andrade & Filhos, Lda.	0,05	367,46
Projeto Urzal		
EEM	-	100,95
Inovação Social criativa		
Portugal Telecom	60,00	47,60
Outros	<u>422,12</u>	<u>772,12</u>
	<u>2.119,35</u>	<u>6.046,10</u>
	<u>53.258,99</u>	<u>57.209,38</u>

Estado e outros entes públicos

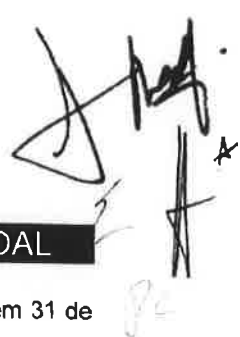
Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Retenção na Fonte	86,85	-	108,56	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	471,00	-	776,00
Imposto sobre o valor acrescentado	-	1.466,66	-	1.058,47
Contribuições para a Segurança Social	-	3.325,33	-	2.205,05
Fundo de Garantia de Compensação	-	35,66	-	34,89
	<u>86,85</u>	<u>5.298,65</u>	<u>108,56</u>	<u>4.074,41</u>

Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Rendimentos a reconhecer		
Receitas evento 2012 (Claude Bolling & Friends)	63.221,53	63.221,53
Receitas evento 2013 (espetaculo fado solidário)	42.654,19	42.774,19
Receitas evento 2014 (espetaculo fado solidário)	7.809,15	7.809,15
Semear Saude	6.690,84	7.460,28
Plano de Emergencia Alimentar	2.540,69	1.929,47
Prémio TVI	2.564,00	-
Prémio BPI Sénior	14.904,00	-
	<u>140.384,40</u>	<u>123.194,62</u>



10 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS E GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Remunerações do pessoal	107.614,53	120.136,40
Encargos sobre remunerações	22.882,80	25.219,26
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	1.040,33	1.282,48
Outros	294,00	411,80
	<u>131.831,66</u>	<u>147.049,94</u>

Durante o exercício de 2017, o número médio de pessoal foi de 11.

11 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço até a presente data, não ocorreram factores relevantes a registar.

12 OUTRAS DIVULGAÇÕES

12.1 Depreciações

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 é conforme se segue:

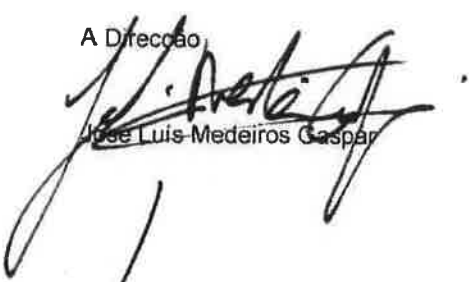
	2017	2016
Ativos fixos tangíveis (Nota 5)	21.231,15	13.716,38
	<u>21.231,15</u>	<u>13.716,38</u>

12.2 Instrumentos de fundo patrimonial

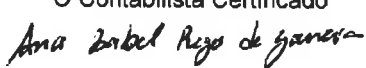
O movimento ocorrido no fundo patrimonial é como se segue:

Rubrica	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Reservas				
Resultados Transitados	241.859,71	(26.218,29)	-	215.641,42
Outras Variações Patrimoniais	116.228,31	6.430,00	15.215,92	107.442,39
Resultado Líquido Exercício	(26.218,29)	18.402,67	(26.218,29)	18.402,67
Total	331.869,73	(26.218,29)	(11.002,37)	341.486,48

A Direcção


José Luis Medeiros Gaspar

O Contabilista Certificado


Ana Isabel Rego de Gouveia

Ana Isabel Rego de Gouveia


Cristiano


Roberto